

Senhor Presidente,
Senhor Secretário Geral da ONU,
Senhores Chefes de Estado,
Senhores Ministros,
Senhores Delegados,
Senhoras E Senhoras,

A tecnologia tem sido, através dos tempos, um poderoso meio de desenvolvimento e de progresso. É opinião comum de que é o desenvolvimento económico que gera as oportunidades de criar e difundir inovações tecnológicas. Porém, isso não impede sua inversão, em que os investimentos em tecnologia, na Educação e na Formação desempenham o papel de incitador do desenvolvimento, proporcionando às pessoas novas capacidades e ferramentas mais aperfeiçoadas de intervenção.

Em tais circunstâncias, o desenvolvimento humano e o avanço tecnológico reforçam-se mutuamente, abrindo perspectivas promissoras a transformações progressivas no tecido socioeconómico. O sucesso ou o fracasso de indivíduos e de países, assim como a prosperidade da humanidade, depende em grande medida da qualidade da política de desenvolvimento dos recursos humanos. A qualidade e a orientação do ensino em cada nível, conjugadas com a procura da excelência, são elementos decisivos para o domínio da tecnologia.

Por outro lado, a tecnologia deve ser encarada como um instrumento ao serviço do crescimento económico e do desenvolvimento humano. A materialização deste objectivo exige ainda a promoção e o encorajamento da transferência de tecnologia, em condições vantajosas, para os países menos desenvolvidos de forma a habilitá-los a criar uma base tecnológica sustentável.

Nesta perspectiva, é indispensável praticar políticas que encorajam o acesso e o desenvolvimento de qualificações avançadas ao serviço da inovação. Com efeito, todos os países precisam de capacidades e de meios para se apropriar das tecnologias modernas e adaptá-las às necessidades locais.

A realidade de hoje é que prevalece, a nível mundial, um fosso crescente tanto na distribuição da riqueza como no domínio e no acesso às novas tecnologias. A **crescente desigualdade tecnológica e digital**, em particular, é preocupante e apela à sua urgente superação. Entendemos que para tal são necessárias a livre difusão e a partilha dos conhecimentos à escala mundial.

Senhor Presidente,
Senhor Secretário Geral da ONU,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Apraz-nos registar que a Comunidade Internacional, através das suas organizações mais representativas, nomeadamente a ONU, encontra-se muito empenhada na criação de mecanismos para colocar as profundas alterações, que as novas tecnologias de informação estão a impulsionar, em todos os domínios da actividade humana, ao serviço do desenvolvimento humano, da

superação do **fosso digital**, igualmente do fosso social, e da preservação das culturas nacionais.

Cabo Verde identifica-se com o conteúdo proposto da Declaração de Princípios que nos é submetida. Apoiamos o nobre propósito de colocar o potencial das tecnologias de informação e comunicação aos serviço da promoção e realização dos objectivos da Declaração do Milénio, com destaque para a erradicação da pobreza e da fome, a generalização da educação, a igualdade do género, a erradicação de doenças, a luta contra o flagelo da sida e a conservação sustentável do meio ambiente.

Não obstante os consideráveis avanços tecnológicos alcançados, o aproveitamento do potencial das NTIC's para aumentar a produtividade e a qualidade de vida constitui, hoje, um sério desafio para todos, particularmente para os Povos, que vivem em países em desenvolvimento ou com economias em transição, que correm o risco de se verem excluídos da fruição dos novos progressos do saber humano.

Temos a consciência aguda da **repartição desigual** dos benefícios da revolução tecnológica entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e dentro das próprias sociedades nacionais e, bem assim, da dimensão do esforço e da vontade exigidos para a sua superação. Entendemos que a **solidariedade digital**, particularmente para com aqueles que correm o risco de **exclusão digital**, deve ser erigido num dos princípios fundamentais a ser assumido, nesta Cimeira. Neste particular, chamo atenção para os condicionalismos específicos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, como Cabo Verde.

Compartilhamos a ideia de que a criação da sociedade de informação inclusiva só será possível se todas e cada uma das partes intervenientes trabalharem conjuntamente para a melhoria do acesso às infra-estruturas de informação e comunicação, o reforço das capacidades humanas, o aumento da confiança e da segurança na utilização das TIC e, sobretudo, a existência de um ambiente propício, a todos os níveis, ao desenvolvimento e alargamento de todas as aplicações das TIC.

Os países em desenvolvimento, como o meu, só poderão integrar plenamente a sociedade de informação e abraçar a economia do saber através do reforço das suas capacidades nos domínios da educação, da tecnologia, do saber-fazer e da informação, elementos que constituem hoje factores mais relevantes do desenvolvimento e da competitividade. Nesta medida, os Estados africanos esperam da Comunidade Internacional apoio indispensável à implementação do NEPAD, que propõe um quadro inovador do desenvolvimento africano em que a sociedade de informação e as TIC ocupam posição de destaque.

Em relação aos riscos de que são portadoras as TIC, impõem-se medidas e legislação rigorosas a fim de se prevenir e dar combate ao seu uso indevido para fins criminosos ou outros que violem a legalidade internacional.

Em síntese, a visão, em construção, da sociedade de informação e de conhecimento assenta em princípios já consensuais, que compartilhamos, destacando-se, entre eles: o acesso universal às informações; a promoção do progresso da capacidade humana pela Educação e Formação; a criação de ambiente propício ao desenvolvimento das TIC.

Senhor Presidente,
Senhor Secretário Geral,
Senhoras e Senhores,

Antes de terminar, gostaria de expressar os nossos agradecimentos ao Sr. Presidente Pascal Couchepin, pelo seu interesse pessoal pelo sucesso desta Cimeira, e ao Governo da Confederação Helvética, pelas excelentes condições e ambiente de trabalho que nos são facultados. Saúdo ainda o trabalho levado a cabo pela UIT, sob a liderança do seu Secretário Geral, Sr. Yoshio Utsumi. Finalmente, saúdo a perseverante acção política e diplomática desenvolvida pelo Secretário Geral da ONU, Sr. Kofi Annan, para manter na agenda internacional questões tão cruciais como a luta contra a pobreza e a fome; o combate à sida e outras doenças endémicas; o desenvolvimento sustentável e, neste caso concreto, a construção de uma sociedade de informação e conhecimento inclusiva. Aliás, o mundo seguro exige paz e segurança mas também justiça e solidariedade.

Muito obrigado.

Genebra, 10 de Dezembro de 2003.

TÓPICOS

- Cabo Verde e a África vêm acompanhando, com interesse, o desenvolvimento da sociedade de informação, tendo podido tirar partido das novas facilidades e vantagens postas à sua disposição na medida dos seus parcos recursos tecnológicos e financeiros. O país tem em vista o desenvolvimento de uma estratégia nacional de informação e comunicação, por acreditar que o mundo cada vez mais globalizado dos nossos dias tem vivido uma autêntica na forma de ser e de estar das suas gentes. Julgo pertinente realçar que essa revolução deverá beneficiar a todos os membros da comunidade internacional, independentemente do seu tamanho geográfico ou quantidade de recursos financeiros;
- Enquanto país em vias de desenvolvimento, CV não produz as TICs; posiciona-se como consumidor, o que tornam legítimas preocupações ligadas:
 - ao livre acesso universal: liberdade de comunicação e liberdade de informação;
 - à segurança jurídica e salvaguarda da privacidade individual;
 - à fiabilidade na comunicação e informação (evitar distorções e manipulação de dados) - Combater a Cyber-criminalidade;;
 - à formação de recursos humanos e adopção de infraestruturas e equipamentos de suporte ao acesso: Combater a info-exclusão: promover a alfabetização digital e formação desde a tenra idade;
 - ao desenvolvimento de parcerias público/privado/sociedade civil-ONGs/comunidade internacional, ...
- **Mulheres:** pelo seu papel estratégico no seio familiar e na sociedade: garantir o acesso das Mulheres e Jovens aos TICs, numa perspectiva de género: acesso às mulheres é acesso às famílias (crianças, jovens, etc);
- **Solidariedade Digital:**
Apoiar a ideia do Senegal – criação de um Fundo de Solidariedade Digital (solidarité numérique) em África, visando a redução do fosso digital entre os países em vias de desenvolvimento e os países desenvolvidos – Lançar a ideia de que esse fundo deve poder contar com a contribuição generosa da comunidade internacional

Cabo Verde:

- **Insularidade** – a única estrada que poderá ligar todas ilhas do país é a estrada única virtual: CV solidariza-se com os demais Pequenos Estados Insulares, pelos desafios evidentes impostos pela natureza, pela geografia. CV conta com a sensibilidade dos países não-insulares e a sua generosa atenção aos constrangimentos específicos dos insulares;
- **Governo Electrónico** – trata-se de um desafio já abraçado pelo Estado de Cabo Verde, estando em desenvolvimento uma estratégia nacional que muito beneficiará dos resultados da presente Cimeira. O Governo Electrónico pode ser uma alavanca da modernização da Administração Pública; um instrumento de aproximação do Estado ao cidadão e promoção da cidadania; um meio eficaz de união da Nação diaspORIZADA de CV;
- **Diáspora:** essa tecnologia de informação e comunicação permite às diásporas de, por um lado, estarem em sintonia com os acontecimentos nos seus países de origem e, por outro lado, aproximar a sua participação no processo de desenvolvimento. Afinal os TICs há muito que têm permitido ao emigrante de estar a todo o tempo contactável através de uma chamada telefónica (celular/telemóvel) ou a apenas um E-Mail de distância;
- **Redução da pobreza:** desafio – facilitar o desenvolvimento de oportunidades de negócios, colocação de produtos em mercados, alargamento do mercado de emprego (a nível internacional – procura de empregos na Internet);